



Estado do Piauí
Poder Legislativo

Câmara Municipal de Campo Maior

Praça Bona Primo, s/n - CNPJ nº 41.279.571/0001-94

Fone: (86) - 3252-4400

Email: camaradecampomaior@hotmail.com

Site: www.campomaior.pi.leg.br



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 424/2023

"Concede a Medalha do Mérito Legislativo
"Vereador Simplício José da Silva" ao Senhor
Volgane Oliveira Carvalho.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO MAIOR, ESTADO DO PIAUÍ, faz saber que o Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica concedido a Medalha do Mérito Legislativo "Vereador Simplício José da Silva" ao Senhor Volgane Oliveira Carvalho.

PARÁGRAFO ÚNICO – A concessão desta Medalha, é uma forma de reconhecimento do povo de Campo Maior, aos relevantes serviços prestado a população campo-maiorense.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, a presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Maior (PI), 15 de março de 2023.

Mizarleia Aparecida Lima Almeida
Vereadora – Vice Presidente - PSD

Mizarleia Aparecida Lima Almeida
Vereadora
CPF 745.037.903-15



Estado do Piauí
Poder Legislativo

Câmara Municipal de Campo Maior

Praça Bona Primo, s/n - CNPJ nº 41.279.571/0001-94 - Fones: (86) 3252-4400 / 3252 4740
Email: camaradecampomaior@hotmail.com
Site: camaramunicipaldecampomaior.com



PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA - CPLJ

MATÉRIA: Projeto de Resolução nº 424/2023 - "Concede a Medalha do Mérito Legislativo "Vereador Simplício José da Silva" ao Senhor VOLGANE OLIVEIRA CARVALHO.

AUTOR: Mizarleia Aparecida de Lima Almeida

PARECER

I -DO RELATÓRIO

O Relator da Comissão Permanente de Legislação e Justiça- CPLJ, opinou pela aprovação do Projeto de Resolução nº 424/2023, por estar apto quanto à constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

É o parecer que submetemos a apreciação desta douta Casa Legislativa.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Campo Maior (PI), 27 de março de 2023.

II-DO VOTO

Presidente: Luís Rodrigues Lima _____ SIM (X) NÃO ()

Relator: José Francisco Sávio Miranda Pereira _____ SIM (X) NÃO ()

Secretário: Antônio Lustosa Araújo Júnior _____ SIM () NÃO ()

Suplente: Wildem Azevedo Brito _____ SIM () NÃO ()

Von. Wizarlio

Título medalha
Simplicio

Curriculum Lattes



Volgane Oliveira Carvalho

Endereço para acessar este CV: <https://lattes.cnpq.br/9545677370385962>

Última atualização do currículo em 08/02/2023

Resumo informado pelo autor

Volgane Oliveira Carvalho. Especialista em Direito Processual pela Universidade da Amazônia - UNAMA (2008). Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2015). Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Curso de Formação de Formadores pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM (2018) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (2022). Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão. Membro do Grupo de Trabalho 1 (Direitos Políticos) para Sistematização das Normas Eleitorais pelo TSE. Membro do Grupo de Trabalho do TSE para estudos relacionados à atualização das normas relativas ao Cadastro Eleitoral. Membro da Comissão Temática de Processo Eleitoral da I Jornada de Direito Eleitoral da EJE-TSE. Representante da Região Nordeste Comissão Executiva da Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação do TSE. Coordenador-Executivo Substituto da Comissão de Promoção de Igualdade Racial do TSE. Membro da Comissão de Promoção de Participação Indígena no Processo Eleitoral do TSE. Observador Eleitoral Internacional tendo atuado no Chile e Colômbia. Professor de Cursos Pós-Graduação em Direito. Instrutor de Escolas Judiciárias Eleitorais. Secretário-Geral Adjunto da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (ABRADEP). Coordenador do Conselho Fiscal da ABRADEP (2019-2021).

(Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome Volgane Oliveira Carvalho

Dados pessoais

Nascimento 04/04/1981 - Campo Maior/PI - Brasil

CPF 877.776.913-20

Formação acadêmica/titulação

- 2022** Doutorado em Políticas Públicas.
Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, Brasil
Título: Compensações da natureza político-eleitoral no Brasil da Quinta República: uma arqueologia do Instituto na sociedade das invisíveis
Orientador: Nelson Julliano Cardoso Matos
- 2013 - 2015** Mestrado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, Brasil
Título: Novas perspectivas para os direitos políticos no Brasil: a transformação do direito do sufrágio ativo na modernidade líquida. Ano de obtenção: 2015
Orientador: Draíon Gonzaga de Sousa
- 2006 - 2008** Especialização em Grandes transformações do processo.
Universidade da Amazônia, UNAMA, Belém, Brasil
Título: O Interrogatório como meio de defesa no processo penal eleitoral
Orientador: Graça Ponolva
- 1999 - 2004** Graduação em Bacharelado em Direito.
Universidade Federal do Piauí, UFPI, Teresina, Brasil
Título: Ineficácia dos direitos fundamentais: causas e soluções
Orientador: Edilson Pereira de Farias

Formação complementar

- 2019 - 2019** Curso de curta duração em Candidaturas Independientes en México. (Carga horária: 40h).
Escuela Judicial Electoral del Tribunal Electoral, EJE TEPJF, México
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em Beyond the ballot: women's rights and suffrage from 1886 to today. (Carga horária: 16h).
University of London, UL, Grã-Bretanha
- 2018 - 2018** Curso de curta duração em Formação de Formadores - Nível 1 - Módulo 2. (Carga horária: 40h).
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, ENFAM, Brasil
- 2018 - 2018** Curso de curta duração em Introducción al Derecho Electoral. (Carga horária: 40h).
Escuela Judicial Electoral del Tribunal Electoral, EJE TEPJF, México
- 2018 - 2018** Curso de curta duração em Formação de Formadores - Nível 1 - Módulo 3. (Carga horária: 16h).
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, ENFAM, Brasil
- 2018 - 2018** Curso de curta duração em Formação de Formadores - Nível 1 - Módulo 1. (Carga horária: 24h).
Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, ENFAM, Brasil
- 2017 - 2017** Curso de curta duração em Antiquities trafficking and art crime. (Carga horária: 12h).
University of Glasgow, GLASGOW, Glasgow, Escócia

Atuação profissional

1. Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão - TRE-MA

Coord. Apatec. Vereador
CPF 745.037.933

**Vínculo
Institucional**

2006 - Atual Vínculo: Servidor público, Enquadramento funcional: Analista Judiciário - Área Judiciária, Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
Analista Judiciário da 4ª Zona Eleitoral, em Caxias

2. Tribunal Superior Eleitoral - TSE

**Vínculo
Institucional**

2022 - Atual Vínculo: Colaborador, Enquadramento funcional: Membro da Comissão Temática do Trabalho, Carga horária: 6, Regime: Parcial
Outras informações:
Representante da Região Nordeste no Frente Nacional de Enfrentamento à Desinformação (FRENTEN)

2022 - Atual Vínculo: Colaborador, Enquadramento funcional: Membro da Comissão Temática do Trabalho, Carga horária: 6, Regime: Parcial
Outras informações:
Coordenador Executivo Substituto da Comissão de Promoção de Igualdade Racial do TSE

2021 - 2021 Vínculo: Colaborador, Enquadramento funcional: Membro do Grupo de Trabalho, Carga horária: 10, Regime: Parcial

2021 - 2021 Vínculo: Colaborador, Enquadramento funcional: Membro da Comissão Temática do Trabalho, Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Membro da Comissão Temática de Trabalho nº 6 (Contencioso Eleitoral) da I Jornada de Direito Eleitoral

2019 - 2019 Vínculo: Colaborador, Enquadramento funcional: Membro de comissão, Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Participação como membro do Grupo de Trabalho para Sistematização das Normas Eleitorais instituído pela Portaria-TSE nº 115/2019, como membro integrante do Eixo Temático I: Direitos Políticos e Temas Correlatos

3. Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADEP

**Vínculo
Institucional**

2021 - Atual Vínculo: Colaborador, Enquadramento funcional: Secretário-Geral Adjunto, Carga horária: 10, Regime: Parcial

2019 - 2021 Vínculo: Colaborador, Enquadramento funcional: Coordenador do Conselho Fiscal, Carga horária: 10, Regime: Parcial

4. Escola Judiciária Eleitoral da Bahia - EJE-BA

**Vínculo
Institucional**

2022 - 2022 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Eleições 2022: Reformas eleitorais e alterações legislativas".

2021 - 2021 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Novas competências penais e sentença condenatória penal eleitoral".

2021 - 2022 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 8, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Crimes eleitorais: especificidades e estado atual da doutrina e jurisprudência".

5. Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina - EJE-SC

**Vínculo
Institucional**

2022 - 2022 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "As ações cassatórias na jurisprudência atual do TSE: da inicial às eleições suplementares".

6. Escola Judiciária Eleitoral de Alagoas - EJE-AL

**Vínculo
Institucional**

2022 - 2022 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "As ações cassatórias na jurisprudência atual do TSE: da inicial às eleições suplementares".

7. Escola Judiciária Eleitoral do Espírito Santo - EJE-ES

**Vínculo
Institucional**

2022 - 2022 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Novas competências penais, processo penal eleitoral e sentença condenatória penal eleitoral à luz da jurisprudência atual do TSE", com carga horária de 20 horas-aula.

8. Escola Judiciária Eleitoral do Mato Grosso Sul - EJE-MS

**Vínculo
institucional**

2022 - 2022 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Novas competências penais, processo penal eleitoral e sentença condenatória penal eleitoral à luz da jurisprudência atual do TSE", com carga horária de 12 horas-aula.

9. Escola Judiciária Eleitoral do Pará - EJE-PA

**Vínculo
institucional**

2022 - 2022 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Gestão do Cadastro Eleitoral: alterações decorrentes da Res.-TSE nº 23.059/21 e aplicações na prática eleitoral", com carga horária de 12 horas-aula.

2021 - 2021 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Novas competências penais, processo penal eleitoral e sentença condenatória penal eleitoral à luz da jurisprudência atual do TSE", com carga horária de 19 horas-aula.

10. Escola Judiciária Eleitoral do Paraná - EJE-PR

**Vínculo
institucional**

2021 - 2021 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 9, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Novas competências penais, sentença condenatória penal eleitoral e crimes eleitorais à luz da jurisprudência atual do TSE"

11. Escola Judiciária Eleitoral de Tocantins - EJE-TO

**Vínculo
institucional**

2021 - 2021 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Novas competências penais, sentença condenatória penal eleitoral e crimes eleitorais à luz da jurisprudência atual do TSE"

12. Escola Judiciária Eleitoral de São Paulo - EJE-SP

**Vínculo
institucional**

2022 - 2022 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Gestão do Cadastro Eleitoral: alterações decorrentes da Res.-TSE nº 23.059/21 e aplicações na prática eleitoral"

2021 - 2021 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 9, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Sentença penal condenatória e crimes eleitorais à luz da jurisprudência do TSE", com carga horária de 9 horas-aula.

13. Escola Judiciária Eleitoral de Paraíba - EJE-PB

**Vínculo
institucional**

2021 - 2021 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Sentença penal condenatória e crimes eleitorais à luz da jurisprudência do TSE"

14. Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe - EJE-SE

**Vínculo
institucional**

2021 - 2021 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Sentença Penal Eleitoral Condenatória e crimes eleitorais à luz da jurisprudência atual do TSE"

15. Escola Judiciária Eleitoral do Ceará - EJE-CE

**Vínculo
institucional**

2021 - 2021 Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Sentença Penal Eleitoral Condenatória e crimes eleitorais à luz da jurisprudência atual do TSE"

16. Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro - EJE-RJ

**Vínculo
institucional**

- 2022 - 2022** Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso "Gestão do Cadastro Eleitoral: alterações decorrentes da Res.-TSE nº 23.659/21 e aplicações na prática eleitoral", com carga horária de 12 horas-aula.
- 2021 - 2021** Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Sentença Penal Eleitoral Condenatória a crimes eleitorais à luz da jurisprudência atual do TSE"

17. Escola Judiciária Eleitoral do Brasil - EJE-421

**Vínculo
Institucional**

- 2021 - 2021** Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso sobre "Direito processual penal eleitoral"
- 2021 - 2021** Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso "Ações eleitorais cíveis: da inicial à cassação de mandato"
- 2020 - 2020** Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso sobre "Sentença Penal Eleitoral Condenatória"

18. Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Norte - EJE-RN

**Vínculo
Institucional**

- 2020 - 2020** Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso sobre "Sentença Penal Eleitoral Condenatória"

19. Escola Judiciária Eleitoral do Maranhão - EJE-MA

**Vínculo
Institucional**

- 2022 - 2022** Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do Curso "Novas competências penais, processo penal eleitoral e sentença condenatória penal eleitoral à luz da jurisprudência atual do TSE".
- 2021 - 2021** Vínculo: Tutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso: "Sentença penal condenatória e crimes eleitorais à luz da jurisprudência do TSE"
- 2020 - 2020** Vínculo: Tutor, Enquadramento funcional: Colaborador, Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Tutor do Curso "Ações Cíveis Eleitorais" realizado em EAD em parceria com a ENFAM

20. Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro - EJE-RJ

**Vínculo
Institucional**

- 2019 - 2019** Vínculo: Instrutor, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Instrutor do curso sobre "Direitos políticos contemporâneos: dos direitos do candidato à Teoria das Inelegibilidades na jurisprudência atual".

21. Universidade de Fortaleza - UNIFOR

**Vínculo
Institucional**

- 2022 - 2022** Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento funcional: Professor do Curso de Pós-Graduação, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da disciplina "Organização Eleitoral e das Eleições" da Especialização em Direito Eleitoral

22. Instituto de Direito Aplicado ao Setor Público - IDASP

**Vínculo
Institucional**

- 2022 - 2022** Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento funcional: Professor do Curso de Pós-Graduação, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da Disciplina "Registro e Impugnação de candidaturas" da Especialização em Direito Eleitoral e Gestão de Campanha
- 2021 - 2021** Vínculo: Colaborador, Enquadramento funcional: Professor do Curso de Pós-Graduação, Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da disciplina "Teoria das Inelegibilidades" em curso de Pós-Graduação

23. Instituto Imadeo - IMADEO

**Vínculo
Institucional**

- 2021 - 2021** Vínculo: Colaborador, Enquadramento funcional: Professor do Curso de Pós-Graduação, Carga horária: 3, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da disciplina "Lei da Ficha Limpa" em curso de Pós-Graduação

24. Faculdade Santa Teresa - FASST

**Vínculo
Institucional**

2021 - 2021 Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Professor de Curso de Pós-Graduação , Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da disciplina "Improbidade administrativa e licitações"

25. Escola do Legislativo Prof. Wilson Brandão - (ELBP)

**Vínculo
Institucional**

2020 - 2020 Vínculo: Professor de pós-Graduação , Enquadramento funcional: Professor de Curso de Pós-Graduação , Carga horária: 15, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da Disciplina "Inelegibilidades, Condições de Elegibilidade e Partidos Políticos" na Pós-Graduação de Direito Constitucional e Eleitoral.

2020 - 2020 Vínculo: Professor de Pós-Graduação , Enquadramento funcional: Professor de Curso de Pós-Graduação , Carga horária: 15, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da disciplina Direito Processual Penal I, no Curso de Especialização em Direito Penal e Processo Penal

26. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

**Vínculo
Institucional**

2020 - 2020 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor de Curso de Pós-Graduação , Carga horária: 10, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da Disciplina Propaganda Eleitoral na Especialização em Direito Eleitoral, parceria EJE-RJ e UERJ.

27. Centro Universitário Uninovafapi - UNINOVAFAP

**Vínculo
Institucional**

2017 - 2017 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor de Curso de Pós-Graduação , Carga horária: 20, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da disciplina Direito Penal do Trabalho na Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho

28. EstácioCEUT - ESTÁCIOCEUT

**Vínculo
Institucional**

2015 - 2015 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor de Curso de Pós-Graduação , Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da disciplina Direito Penal do Trabalho na Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho

2015 - 2015 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor de Curso de Pós-Graduação , Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da disciplina Direito Penal do Trabalho na Pós-graduação em Direito e Processo do Trabalho

2015 - 2015 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor de Curso de Pós-Graduação , Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da disciplina Teoria da Pena na pós-graduação em Ciências Criminais

29. Escola Superior de Advocacia do Piauí - ESAP

**Vínculo
Institucional**

2014 - 2014 Vínculo: Professor Visitante , Enquadramento funcional: Professor de Curso de Pós-Graduação , Carga horária: 12, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da disciplina Direito Penal Eleitoral no Curso de Pós-graduação em Direito Eleitoral

30. Instituto Cecílio Filho - ICF

**Vínculo
Institucional**

2011 - 2020 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 14, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor das disciplinas Direito Penal IV e Direito Eleitoral

2010 - 2010 Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 18, Regime: Parcial
Outras informações:
Professor da disciplina Direito Penal II, para o Curso de Direito

31. Faculdade Piauiense - FAP

**Vínculo
Institucional**

2009 - 2014 Vínculo: Celetista formal, Enquadramento funcional: Professor, Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

04/2013 - 02/2014 Conselhos, Comissões e Consultoria, Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito

Especificação:
Membro

03/2013 - 04/2013 Pós-graduação, Especialização em Direito Eleitoral

Disciplinas ministradas:
Direito Eleitoral Aplicado

05/2012 - 02/2014 Direção e Administração, Especialização em Direito Eleitoral

Cargos ocupados:
Coordenador

08/2009 - 12/2009 Outra atividade técnico-científica, Coordenação do Curso de Direito

Especificação:
Professor orientador do Programa de Monitoria da Disciplina Direito Penal I

32. Universidade Federal do Piauí - UFPI

Vínculo Institucional

2001 - 2002 Vínculo: Outro (especifique), Enquadramento funcional: Estudante, Carga horária: 10

Revisor de periódico

1. Revista Popularis

Vínculo

2019 - Atual Regime: Parcial

2. JUSTIÇA ELEITORAL EM DEBATE

Vínculo

2018 - Atual Regime: Parcial

3. ESTUDOS ELEITORAIS

Vínculo

2017 - Atual Regime: Parcial

4. Revista Jurídica Cesurmar: Mestrado (online)

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

5. Revista Jurídica CESUMAR, Maringá

Vínculo

2015 - Atual Regime: Parcial

Membro de corpo editorial

1. JUSTIÇA ELEITORAL EM DEBATE

Vínculo

2016 - Atual Regime: Parcial

2. Direito & Política

Vínculo

2011 - 2012 Regime: Parcial
Outras informações:
Vice-presidente do Conselho Editorial

Produção

Artigos completos publicados em periódicos

1. **CARVALHO, V. O.**
Tecnologia e Integridade: duas faces dos sistema eletrônico de votação brasileiro?. *Revista CAOESTE*, v.1, p.5 - 7, 2022.
2. **CARVALHO, V. O.; ALVIM, F. F.**
A responsabilidade eleitoral dos influenciadores digitais pelo uso indevido das redes de comunicação. *JUSTIÇA ELEITORAL EM DEBATE*, v.12, p.16 - 41, 2022.
3. **GOB GRESTA, R. M.; CARVALHO, V. O.**
Federação de partidos políticos no Brasil: impactos sobre o sistema partidário, contexto latinoamericano e desafios para as eleições de 2022. *REVISTA DEBATES (UFRGS)*, v.16, p.143 - 167, 2022.
4. **CARVALHO, V. O.**
Da uso da prova pericial em ações cassatórias: inquietações e certezas. *Boletim ABRADep*, v.2, p.25 - 28, 2022.
5. **CARVALHO, V. O.**
Da impossibilidade da fixação de ineligibilidade como condição em acordo de não persecução penal. *Boletim ABRADep*, v.2, p.13 - 17, 2022.
6. **GOB OLIVEIRA CARVALHO, VOLGANE**
O ELEITOR NARCISISTA E O VOTO IMPRESSO: CONSPIRADORES CONTRA A DEMOCRACIA?. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, v.1, p.98 - 110, 2022.
7. **CARVALHO, V. O.**
O CNle pós-estados sociais: representando os direitos políticos para salvar a democracia. *Revista CAOESTE*, v.1, p.11 - 13, 2021.
8. **CARVALHO, V. O.; QUIRINO, H. R.; BAZAN, H. A.**
Regime brasileiro da ineligibilidade e o Tribunal Penal Internacional. *PARANÁ ELEITORAL*, v.10, p.9 - 25, 2021.
9. **CARVALHO, V. O.; SOARES, M.**
Uma sobre e pura a outra: uma perspectiva feminista da participação política da mulher no Brasil. *REVISTA DO TRE-RS*, v.50, p.95 - 119, 2021.
10. **GOB CARVALHO, V. O.; LIMA, V.M.**
O Recurso Especial Eleitoral Sob Análise: Da Teoria Geral À Aplicação Jurisprudencial de Seus Requisitos de Admissibilidade. *RESENHA ELEITORAL - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA*, v.25, p.139 - 164, 2021.
11. **CARVALHO, V. O.**
Descortinando a detração eleitoral e a premente necessidade do seu reconhecimento no direito brasileiro. *Revista Democrática*, v.8, p.165 - 179, 2021.
12. **CARVALHO, V. O.; NUNES, F. F.**
Responsabilidade civil do Estado e o voto dos deficientes físicos. *Revista Democrática*, v.7, p.222 - 259, 2020.
13. **CARVALHO, V. O.; SOUSA, A. R. S.**
A Importância da ideologia política para formação de governos. *PARANÁ ELEITORAL*, v.7, p.351 - 381, 2019.
14. **CARVALHO, V. O.**
O caso da California Proposition 60 e o déficit na participação popular na democracia brasileira ou a escassez de plebiscitos e referendos no Brasil. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico (Online)*, v.19, p.57 - 77, 2019.
15. **CARVALHO, V. O.**
O princípio da máxima acessibilidade do sufrágio e o direito dos eleitores portadores de limitações físicas. *JUSTIÇA ELEITORAL EM DEBATE*, v.9, p.165 - 170, 2019.
16. **CARVALHO, V. O.; ANDRADE, B. F.**
Participação política dos povos indígenas e a perpetuação da invisibilidade no cenário político. *REVISTA DO TRE-RS*, v.24, p.131 - 175, 2019.
17. **CARVALHO, V. O.**
Performance feminina da arena eleitoral. *ESTUDOS ELEITORAIS*, v.13, p.105 - 128, 2019.
18. **CARVALHO, V. O.**
Por um retrospecto dos conceitos jusfilosóficos de soberania. *JUSTIÇA ELEITORAL EM DEBATE*, v.9, p.91 - 97, 2019.
19. **CARVALHO, V. O.**
Responsabilidade civil, danos à pessoa e candidaturas femininas: contribuições para o reconhecimento do dano decorrente do desrespeito aos direitos políticos passivos das mulheres. *Populus*, v.9, p.249 - 280, 2019.
20. **CARVALHO, V. O.; FERREIRA FILHO, W. R.**
A pichação como mecanismo de divulgação ideológica: plataforma política em um muro perto de você. *PARANÁ ELEITORAL*, v.6, p.103 - 130, 2018.
21. **CARVALHO, V. O.; ALVIM, F. F.**
Da cruz aos códigos: novas formas de abuso de poder e os mecanismos de proteção da integridade eleitoral no arquipélago brasileiro. *REVISTA DO TRE-RS*, v.44, p.167 - 203, 2018.
22. **LIMA, I. C.; CARVALHO, V. O.**
Filho do criação e Ineligibilidade reifluxo por parentesco: um contribuição do nartidade sertaneja para a teoria das ineligibilidades. *Populus*, v.4, p.367 - 380, 2018.
23. **NASCIMENTO, B. T. A.; CARVALHO, V. O.**
Fortalecimento dos direitos políticos ativos através da construção de uma cultura democrática: o caso do Orçamento Participativo de Teresina. *Revista Estudos Eleitorais*, v.2, p.45 - 82, 2018.
24. **CARVALHO, V. O.**
Participação política feminina e desequilíbrios na arena eleitoral: responsabilidade civil dos partidos e obrigações pelos danos por desrespeito ao direito de sufrágio passivo das candidatas. *JUSTIÇA ELEITORAL EM DEBATE*, v.8, p.57 - 60, 2018.
25. **CARVALHO, V. O.**
A temerária desconcorante: análise do Recurso Extraordinário com Agravo nº 738.499/MA. *ESTUDOS ELEITORAIS*, v.11, p.43 - 67, 2017.
26. **CARVALHO, V. O.; REGO, G. N.**
Menor vulnerável? Considerações acerca do estupro de vulnerável. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, v.5el, p.1 - 1, 2017.
27. **CARVALHO, V. O.**
Mentiras sinceras me interessam: uma análise da evolução jurisprudencial do TSE acerca da falsidade ideológica eleitoral. *REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL*, v.16, p.1 - 1, 2017.
28. **CARVALHO, V. O.**
O eleitor narcisista e a reforma política no Brasil: caminhos e perspectivas. *ESTUDOS ELEITORAIS*, v.12, p.59 - 82, 2017.
29. **CARVALHO, V. O.**
Redimensionamento dos direitos políticos no Brasil através da repersonalização do eleitor. *Revista*

- Eletrônica Antigos Juristas e Direito em Debate (REAJDD), v.7, p.1 - , 2017.
30. CARVALHO, V. O.
Dos inconvenientes do voto impresso: memória da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4543. Estudos Eleitorais, v.11, p.139 - 156, 2016.
 31. CARVALHO, V. O.
A busca da colorida processual através da informatização dos procedimentos judiciais: benefícios aparentes e malefícios subliminares. Páginas de Direito, v.abr, p.1 - 1, 2015.
 32. **COB** MACEDO, E. H.; CARVALHO, V. O.
A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO NO DIREITO BRASILEIRO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: AVANÇOS E RECUSOS. Revista Eletrônica de Direito Processual, v.15, p.74 - 100, 2015.
 33. CARVALHO, V. O.; CRONENBERGER, T. H.
A influência da aspectos mistojurídicos na ocultação da violência doméstica: uma análise a partir dos casos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Piauí. Contribuições a las Ciencias Sociales, v.abr, p.1 - 1, 2015.
 34. CARVALHO, V. O.
A liberdade política na obra de John Rawls e o redimensionamento dos direitos políticos ativos no Brasil. Estudos Eleitorais, v.10, p.127 - 140, 2015.
 35. CARVALHO, V. O.; SANTOS JUNIOR, G. A.
A obrigatoriedade do voto e o resultado das eleições municipais de Teresina (PI) em 2012. Páginas de Direito, v.2015, p.1 - 1, 2015.
 36. CARVALHO, V. O.
A privacy norte-americana e sua relação com o direito brasileiro. Páginas de Direito, v.fev, p.1 - 1, 2015.
 37. CARVALHO, V. O.
A soberania no século XXI: defesa dos direitos humanos ou afronta à liberdade nacional. Páginas de Direito, v.2015, p.1 - 1, 2015.
 38. CARVALHO, V. O.; SILVA, N. M.
A substituição de candidato majoritário às vésperas da eleição e alegação de abuso de direito e fraude. Contribuições a las Ciencias Sociales, v.jul, p.1 - 1, 2015.
 39. CARVALHO, V. O.; COSTA, H. W. S.
Direito eleitoral militar: enfoques teóricos e estudo de caso em Teresina-PI. Páginas de Direito, v.mai, p.1 - 1, 2015.
 40. **COB** PASQUALOTTO, A. S.; CARVALHO, V. O.
O CONCEITO DE CONSUMIDOR NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ: CRÔNICA DE UMA JORNADA INACABADA. REVISTA DA FACULDADE MINEIRA DE DIREITO, v.18, p.71 - , 2015.
 41. CARVALHO, V. O.; VIANA, I. R.
O direito ao esquecimento em tempos de superexposição de dados pessoais na internet. JURISPOIESIS (RIO DE JANEIRO), v.18, p.170 - 103, 2015.
 42. CARVALHO, V. O.; MENDES, N. M. S.
Relevância social dos vereadores e os mecanismos da eleição: estudo de caso entre estudantes de Direito em Teresina-PI. Páginas de Direito, v.mar, p.1 - 1, 2015.
 43. CARVALHO, V. O.; RODRIGUES, P. J.
Transdisciplinaridade e intuições normativas na contemporaneidade: uma nova visão do crime de apropriação indébita tributária. Contribuições a las Ciencias Sociales, v.2015, p.1 - 1, 2015.
 44. CARVALHO, V. O.
Estado fiscal, dever fundamental de pagar tributos e imunidade tributária (na paródia política): reavaliando a mens legis constitucional. Estudos Eleitorais, v.9, p.105 - 126, 2014.
 45. CARVALHO, V. O.
O Caso Castañeda Gutman vs. Estados Unidos Mexicanos e seus reflexos sobre a Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/90). Estudos Eleitorais, v.9, p.106 - 122, 2014.
 46. CARVALHO, V. O.
Voto dado, candidato eleito? Estudos Eleitorais, v.8, p.91 - 106, 2013.
 47. CARVALHO, V. O.; AVELINO, C. M. G.
A informatização do processo judicial brasileiro. Direito & Política, v.2, p.18 - 24, 2012.
 48. CARVALHO, V. O.
A anacronia e o princípio da dignidade da pessoa humana no regime neoconstitucional brasileiro. Âmbito Jurídico, v.93, p.1 - , 2011.
 49. CARVALHO, V. O.; PEREIRA, A. M.; FERREIRA, Y. H. C.
A Defensoria Pública como instrumento de acesso à justiça e sua contribuição na cidadania piauiense. Direito & Política, v.1, p.14 - , 2011.
 50. CARVALHO, V. O.
Aspectos da responsabilidade social do Poder Judiciário. Direito & Política, v.1, p.0 - , 2011.
 51. CARVALHO, V. O.
Da responsabilidade civil subjetiva na cirurgia estética. Âmbito Jurídico, v.80, p.1 - , 2011.
 52. CARVALHO, V. O.; LEAO, A. J. R. A.
Lei da Ficha Limpa: limites e possibilidades. Direito & Política, v.2, p.113 - 113, 2011.
 53. CARVALHO, V. O.
O Interrogatório como meio de defesa no processo penal eleitoral. Revista Maranhão Eleitoral, v.9/7, p.100 - 125, 2009.
 54. CARVALHO, V. O.
A parcerias civil homoafetiva e o direito brasileiro. Scientia et SPES, v.3, p.167 - , 2003.
 55. CARVALHO, V. O.
O divórcio e a separação judicial na obra de Wilson de Andrade Brandão. Direito Vivo- Revista da Escola Superior de Advocacia do Piauí, 2003.
 56. CARVALHO, V. O.; FERREIRA, A. A. L. A. S.; LOPES, M. L. P.; CAMPELO, T. L.
Cláudio Pacheco: sua obra e seus caminhos. Direito Vivo- Revista da Escola Superior de Advocacia do Piauí, p.191 - 241, 2002.

Livros publicados

1. CARVALHO, V. O.; BRAGA, S. P.; CANDIDO, C. H.; SANTOS, D. R.
Expressões racistas: porque evitá-las. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022, v.1, p.107.
2. CARVALHO, V. O.; SOUZA, B. C. A.; SCANDIUCCI, J. G.; GRECO, P. G. S.; BECKERT, T. W.; SETTE, A. T. M. E. S.; OLIVEIRA, V. Q.; MONTEIRO, V. A.
Guía Práctica Elecciones Brasileñas 2022. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022, v.1, p.140.
3. SETTE, A. T. M. E. S.; SOUZA, B. C. A.; SCANDIUCCI, J. G.; GRECO, P. G. S.; BECKERT, T. W.; OLIVEIRA, V. Q.; MONTEIRO, V. A.; CARVALHO, V. O.
Guia Prática Eleições Brasileiras 2022. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022, v.1, p.120.
4. CARVALHO, V. O.
Manual das inelegibilidades: comentários à Lei das Inelegibilidades e jurisprudência atualizada do TSE e STF. Curitiba: Juruá, 2022, v.1, p.858.

5. SETTE, A. T. M. E. S.; SOUZA, B. C. A.; SCANDILUCCI, J. G.; GRECO, P. G. S.; BECKERT, T. W.; OLIVEIRA, V. O.; MONTEIRO, V. A.; CARVALHO, V. O.
Practical Guide 2022 Brazilian Elections. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2022, v.1, p.132.
6. CARVALHO, V. O.
Manual das Inelegibilidades: com comentários à Lei das Inelegibilidades e jurisprudência atualizada do TSE e STF. Curitiba: Juruá, 2020, v.1, p.722.
7. CARVALHO, V. O.
Manual das Inelegibilidades: com comentários à Lei das Inelegibilidades e jurisprudência Atualizada do TSE e STF. Curitiba: Juruá, 2018, v.1, p.406.
8. CARVALHO, V. O.; MEDEIROS NETO, A. V.
O Direito Penal do Inimigo e o delito de terrorismo: uma análise da Lei nº 13.260/2016. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2017, v.1, p.79.
9. CARVALHO, V. O.; CAMPELO, L.
A aplicabilidade da Lei Maria da Penha aos casais homossexuais: a família em transformação. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016, v.1, p.80.
10. CARVALHO, V. O.; DOURADO, J. C.
A escravidão contemporânea à luz do Supremo Tribunal Federal: os modernos grilhões. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016, v.1, p.81.
11. CARVALHO, V. O.; DIAS FILHO, F. N. R. P.
A legalidade da vaquejada nordestina: uma análise contemporânea do conflito entre a proteção do meio ambiente e o direito às tradições culturais na ADI 4.983. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016, v.1, p.68.
12. CARVALHO, V. O.
Direitos Políticos no Brasil: o eleitor no Século XXI. Curitiba: Juruá, 2016, v.1, p.150.
13. CARVALHO, V. O.
Manual das Inelegibilidades: condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade na jurisprudência atual do TSE. Curitiba: Juruá, 2016, v.1, p.270.
14. CARVALHO, V. O.
A anencefalia e suas consequências no ordenamento jurídico brasileiro. Teresina: , 2011, v.1, p.162.

Capítulos de livros publicados

1. CARVALHO, V. O.; ALVIM, F. F.; SOUZA, B. C. A.
A função do povo na boa governança: responsabilização política e participação direta como alternativas para a democracia brasileira In: Democracia digital e integridade eleitoral.1 ed.Brasília: ABRADEP, 2022, v.1, p. 420-475.
2. CARVALHO, V. O.
Comentário ao Enunciado 26 In: Comentários aos enunciados da I Jornada de Direito Eleitoral.1 ed.Brasília: ABRADEP, 2022, v.1, p. 210-215.
3. CARVALHO, V. O.
Comentário ao Enunciado 59 In: Comentários aos enunciados da I Jornada de Direito Eleitoral.1 ed.Brasília: ABRADEP, 2022, v.1, p. 422-428.
4. CARVALHO, V. O.
Qualquer maneira de amor vale amar: o Caso Viseu, a família homoafetiva e a inelegibilidade reflexa por parentesco (2004) In: O Cânone Eleitoral.1 ed.Brasília: ABRADEP, 2022, v.1, p. 206-230.
5. ALVIM, F. F.; CARVALHO, V. O.
A comunicação dos presidencialistas nas redes sociais (Brasil, 2018) In: Questões eleitorais contemporâneas : uma análise por servidores da Justiça Eleitoral.1 ed.Belo Horizonte: D'Plácido, 2021, v.1, p. 483-526.
6. CARVALHO, V. O.
O direito ao esquecimento como direito subjetivo dos candidatos e sua aplicação como mecanismo limitador da propaganda eleitoral In: Questões eleitorais contemporâneas : uma análise por servidores da Justiça Eleitoral.1 ed.Belo Horizonte: D'Plácido, 2021, v.1, p. 527-650.
7. CARVALHO, V. O.
O fetiche da renovação: uma análise contemporânea dos resultados da eleição de 2018 e seus reflexos na composição da câmara dos deputados In: Questões eleitorais contemporâneas : uma análise por servidores da Justiça Eleitoral.1 ed.Belo Horizonte: D'Plácido, 2021, v.1, p. 125-163.
8. ALVIM, F. F.; BARREIROS NETO, J.; SANTIAGO, M. C. J.; CARVALHO, V. O.
O protagonismo da mídia eletrônica no processo de combate à fraude eleitoral no Brasil In: 25 anos da mídia eletrônica: tecnologia e integridade nas eleições brasileiras.1 ed.Salvador: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, 2021, v.1, p. 43-65.
9. ALVIM, F. F.; CARVALHO, V. O.
A responsabilidade eleitoral dos influenciadores digitais pelo uso indevido dos meios de comunicação In: Reforma Política e Direito Eleitoral Contemporâneo.1 ed.Ribeirão Preto: Migalhas, 2019, v.2, p. 167-202.
10. CARVALHO, V. O.; ALVIM, F. F.
A igualdade de oportunidades entre os candidatos e a desmetria do horário eleitoral gratuito In: Tratado de Direito Eleitoral: Direito Partidário.1 ed.Belo Horizonte: Fórum, 2019, v.2, p. 281-304.
11. CARVALHO, V. O.
Casos de Família: uma genealogia da inelegibilidade reflexa por parentesco na jurisprudência do TSE In: Tratado de Direito Eleitoral: Elegibilidade e Inelegibilidade.1 ed.Belo Horizonte: Fórum, 2018, v.3, p. 299-320.
12. CARVALHO, V. O.
O processo eleitoral como arena democrática de debates e a legitimidade ativa do eleitor nas ações de impugnação do registro de candidatura In: Junição eleitoral e direitos políticos fundamentais.1 ed.São Paulo: Método, 2015, p. 244-264.
13. CARVALHO, V. O.
O filho de criação e a inelegibilidade reflexa por parentesco: estudo do Recurso Especial Eleitoral 54.101-03.2004 In: Relações privadas e democracia.1 ed.Florianópolis: FUNJAB, 2014, p. 349-385.
14. CARVALHO, V. O.
Vedação do retrocesso e direitos políticos: análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.543 In: Direitos Fundamentais e Democracia I.1 ed.Florianópolis: FUNJAB, 2014, p. 494-509.
15. CARVALHO, V. O.
Constitucionalização do direito privado e danos à pessoa: análise da jurisprudência brasileira acerca do dano por desrespeito aos direitos políticos In: Relações privadas e democracia.1 ed.Florianópolis: FUNJAB, 2013, p. 322-342.

Livros organizados

1. ANDRADE NETO, J.; CARVALHO, V. O.; SANTOS, P. P.
Comentários aos enunciados da I Jornada de Direito Eleitoral. Brasília: ABRADEP, 2022, v.1, p.461.
2. POGLIESE, M. W.; GRESTA, R. M.; CARVALHO, V. O.; PINHEIRO, M. C. B.
Brazilian elections' ways through the pandemic: ABRADEP's contribution to the debate. Belo Horizonte / Brasília: D'Plácido / ABRADEP, 2020, v.1, p.224.
3. POGLIESE, M. W.; GRESTA, R. M.; CARVALHO, V. O.; PINHEIRO, M. C. B.
Caminhos para as eleições em meio à pandemia: contributos da ABRADEP ao debate. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020, v.1, p.227.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. CARVALHO, V. O.
O direito de participação política na formulação de políticas públicas de promoção da igualdade racial como direito político e sua depreciação no Brasil contemporâneo In: IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, 2022, Londrina.
IV Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. Londrina: Universidade Estadual do Londrina, 2022. v.1, p.12 - -
2. CARVALHO, V. O.
Inefetividade dos direitos fundamentais: causas e soluções In: IV Congresso Brasileiro, 2001, Recife.
Anais do IV Congresso Brasileiro, 2001.
3. CARVALHO, V. O.
Relação entre a morosidade da justiça e representatividade dos tribunais estaduais In: X Seminário de Iniciação Científica da UFPI, 2001, Teresina.
XVI Seminário de Iniciação Científica da UFPI. Teresina: EDUFPI, 2001.

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. CARVALHO, V. O.
Implicações jurídicas do fenômeno da Bioética em serviços de reprodução humana e transplantes de órgãos e tecidos em Teresina/ Piauí In: XI Seminário de Iniciação Científica da UFPI, 2002, Teresina.
XVI Seminário de Iniciação Científica da UFPI. Teresina: EDUFPI, 2002.
2. CARVALHO, V. O.
O combate às infrações da ordem econômica no Piauí e a Lei nº 8884/04 In: XI Seminário de Iniciação Científica da UFPI, 2002, Teresina.
XVI Seminário de Iniciação Científica da UFPI. Teresina: EDUFPI, 2002.
3. CARVALHO, V. O.; LOPES, M. L. P.
Assistência Judiciária da OAB: instrumento de acesso à justiça no Piauí In: X Seminário de Iniciação Científica da UFPI, 2001, Teresina.
XVI Seminário de Iniciação Científica da UFPI. Teresina: EDUFPI, 2001. p.92 - 92
4. CARVALHO, V. O.
Considerações sobre as Ações Diretas de Inconstitucionalidade e a Legislação Piaulense In: Encontro de Pesquisadores do CCHL da UFPI/2001, 2001, Teresina.
XVI Seminário de Iniciação Científica da UFPI. Teresina: EDUFPI, 2001. p.46 -
5. CARVALHO, V. O.; FERREIRA, A. A. L. A. S.; LOPES, M. L. P.; CAMPELO, T. L.
Direitos Humanos Fundamentais: o disposto e o realizado In: Encontro de Pesquisadores do CCHL da UFPI/2001, 2000, Teresina.
XVI Seminário de Iniciação Científica da UFPI. Teresina: EDUFPI, 2000. p.145 -
6. CARVALHO, V. O.; FERREIRA, A. A. L. A. S.; LOPES, M. L. P.; CAMPELO, T. L.
Perfil Socioeconômico e Cultural dos Deputados do Curso de Direito da UFPI In: Encontro de Pesquisadores do CCHL da UFPI/2001, 2001, Teresina.
XVI Seminário de Iniciação Científica da UFPI. Teresina: EDUFPI, 2000. p.121 -

Artigos em jornal de notícias

1. CARVALHO, V. O.
A morte de Moisés não tem relação com a política! Serô? Universo Online. São Paulo, 2022.
2. CARVALHO, V. O.
A morte e a morte da norma eleitoral. Universo Online. São Paulo, 2022.
3. CARVALHO, V. O.
Dia da consciência do 1º voto: bora comemorar no Tik Tok, compartilhar no Whatsapp e postar no Instagram? Estadão. São Paulo, 2022.
4. CARVALHO, V. O.
Joga pedra no TSE! Ele é feito para zpanhar, ele é bom de cuspir. Universo Online. São Paulo, 2022.
5. CARVALHO, V. O.
Os 90 anos do nosso primeiro Código Eleitoral. Consultor Jurídico. São Paulo, 2022.
6. CARVALHO, V. O.
Entre o voto em cédula chilena e voto eletrônico brasileiro, fico com ambos. Universo Online. São Paulo, 2021.
7. CARVALHO, V. O.
Foucault e Freud explicam a grifa contra as regras da propaganda eleitoral. Universo Online. São Paulo, 2021.
8. CARVALHO, V. O.
O novo Código Eleitoral merece algum elogio? Universo Online. São Paulo, 2021.
9. CARVALHO, V. O.
Aplicabilidade da Ficha Limpa. Jornal Meio Norte. Teresina, p.2 - 2, 2010.
10. CARVALHO, V. O.
Guilherme do Pádua a sangue frio? Jornal Meio Norte. Teresina, p.A2 - A2, 2010.
11. CARVALHO, V. O.
Novo regime dos crimes sexuais no Brasil. Jornal Meio Norte. Teresina, p.A2 - A2, 2009.
12. CARVALHO, V. O.
Símbolos religiosos e o Estado. Jornal Meio Norte. Teresina, p.A2 - A2, 2009.
13. CARVALHO, V. O.
Sua Excelência, o suplente. Jornal Meio Norte. Teresina, p.A2 - A2, 2009.

Artigos em revistas (Magazine)

1. OLIVEIRA CARVALHO, VOLGANE
Justiça Eleitoral, propaganda e desinformação: um dilema cirúrgico? Consultor Jurídico. São Paulo, 2022.

Demais produções bibliográficas

1. CARVALHO, V. O.
Inefetividade dos direitos fundamentais: causas e soluções. Capítulo do Livro. Brasília: Escola Superior de Administração Fazendária, 2003. (Outra produção bibliográfica)

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. ALVIM, F. F.; CARVALHO, V. O.; KONKEL JUNIOR, N.; PEREIRA, A. R.; SANTANO, A. C.; PAULINO, J. V. B.; SILVEIRA, G. C.
Nota Técnica sobre a PLP 112/2021 do Novo Código Eleitoral - Transparência Eleitoral Brasil, 2021

Demais produções técnicas

1. OLIVEIRA CARVALHO, VOLGANE; FERREIRA, M. R. P.; FREITAS, L. S. O.; PINHO, C. V. *Missão de Observação Eleitoral Internacional na Colômbia*, 2022. (Outra produção técnica)
2. CARVALHO, V. O.; FERREIRA, M. R. P.; PAIM, G. B.; FREITAS, L. S. O.; PINHO, C. V.; FERNANDES NETO, R. A. *Missão de Observação Eleitoral Internacional no Chile*, 2021. (Outra produção técnica)
3. CARVALHO, V. O. *Direito Constitucional I*, 2010. (Desenvolvimento de material didático ou institucional)
4. CARVALHO, V. O.; AVELINO, C. M. G.; FURTADO, G. R. *Júri Simulado da FAP*, 2010. (Outro, Curso de curta duração ministrado)
5. CARVALHO, V. O.; AVELINO, C. M. G. *Métodos de casos*, 2010. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)
6. CARVALHO, V. O. *Tópicos de Bioética*, 2009. (Extensão, Curso de curta duração ministrado)

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas

Monografias de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Viviane Medeiros Lima. *O Recurso Especial Eleitoral sob análise: da teoria geral à aplicação jurisprudencial da seus requisitos de admissibilidade*. 2021. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) - Universidade Federal do Maranhão
2. Ramon Costa Lima. *A criação de partidos políticos como forma de mistificar a fidelidade partidária, observando as Resoluções nº 22.610/2007 e 23.262/2010*. 2015. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) - Centro Universitário UNINOVAFAP
3. Patrícia Maria da Sana Muniz Meireles. *A extinção da punibilidade dos delitos fiscais pelo parcelamento*. 2015. Monografia (Especialização em Direito Penal e Processo Penal) - Centro Universitário UNINOVAFAP
4. Yuri Higino de Carvalho. *A fidelidade partidária à luz da jurisprudência do TSE: uma análise crítica*. 2015. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) - Centro Universitário UNINOVAFAP
5. Eduardo Lócio da Silva. *A necessidade de manutenção do voto obrigatório como instrumento de aperfeiçoamento e fortalecimento do eleitorado brasileiro: análise da proposta de EC nº 352/2013*. 2015. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) - Centro Universitário UNINOVAFAP
6. Thayssi Natália Sobreira Barbosa. *Abuso sexual e a legislação brasileira*. 2015. Monografia (Especialização em Direito Penal e Processo Penal) - Centro Universitário UNINOVAFAP
7. Damásio de Araújo Sousa. *Ativismo judicial: afirmação ou violação constitucional*. 2015. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) - Centro Universitário UNINOVAFAP
8. Angélica Coelho Lacerda. *Organização da Justiça Eleitoral e as sistematizações dos votos*. 2015. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) - Centro Universitário UNINOVAFAP
9. Margaret Pinheiro de Menezes Dantas. *Os reflexos das decisões do Tribunal de Contas no registro de candidaturas*. 2015. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) - Centro Universitário UNINOVAFAP
10. Giovanni Martins Dias Junior. *Prejuízo social na redução da maioria penal*. 2015. Monografia (Especialização em Direito Penal e Processo Penal) - Centro Universitário UNINOVAFAP
11. Dislândia Salas Rodrigues Borges. *Propaganda eleitoral: o limite entre o proibido e o permitido*. 2015. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) - Centro Universitário UNINOVAFAP
12. Caio César Coelho Borges de Sousa. *Propaganda eleitoral: uma análise das Eleições de 2012 no município de Florianópolis*. 2015. Monografia (Especialização em Direito Eleitoral) - Centro Universitário UNINOVAFAP

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. Dulce Maria Soares Freire. *A audiência de custódia como alternativa para a superlotação do sistema prisional brasileiro*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
2. Amanda Araújo da Oliveira. *A delação premiada nos casos de crime contra a Administração Pública*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
3. João Filipe Leal Barros. *A igualdade da vaquejada e sua prática à luz da Constituição Federal de 1988*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
4. Lucas Martins Araújo Leão Costa. *A mentira na propaganda eleitoral*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
5. Gabriela Martins Soares. *A proporcionalidade na aplicação do regime disciplinar diferenciado no presídio Policarpo e seus reflexos no ideal de ressocialização*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
6. Iana Brena Melo Soares. *A responsabilidade penal dos psicopatas sob a ótica dos prejuízos à sociedade*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
7. Maria Mariana Helena Paz Teixeira Nunes. *Adoção à brasileira: seus efeitos jurídicos e sociais*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
8. Lia Martins Neiva. *Da aplicação da ineligibilidade ao candidato beneficiário de práticas ilícitas cometidas por terceiros*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
9. Adail Viana Medeiros Neto. *Direito penal do inimigo e o terrorismo*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
10. Josefa Gabriela Coelho Paoli. *Elucidação e punição dos assassinos em série no Brasil*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
11. Ruthelly Santana Sousa. *Feminicídio: aspectos sociais e jurídicos da Lei nº 13.104/15*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
12. Gabriel Nunes do Rêgo. *"O menor vulnerável": considerações a respeito do crime de estupro de vulnerável*. 2016. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
13. Lara Campelo Vieira. *A aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) aos crimes homossexuais*. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho

14. Jade Lemos de Melo Lobo Lopes. A eficácia do júri popular nos julgamentos dos crimes dolosos contra a vida. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
15. Tássia Regina de Souza Costa. A (in)prescindibilidade do juiz das garantias no processo penal acusatório. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
16. Wenner Henrify de Sousa Araújo Fontenela. A nova lei de organização criminosa (Lei nº 12.850/13) e o tráfico de drogas no Brasil. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
17. Antônio Henrique de Oliveira Secco. A privatização dos previdários. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
18. Cláudio Moura Santos. A profissão suja e vulgar: (in)constitucionalidade e (in)aplicabilidade do crime de casa de prostituição. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
19. Isabela Meneses de Santana e Silva. Além do cárcere: consequências metafísicas da criminalidade feminina no Brasil. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
20. Moara Glordana Dantas de Sousa. Aplicabilidade das cartas psicografadas no processo penal brasileiro: uma abordagem à luz do princípio do livre convencimento motivado. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
21. Karen Karoline Leal Brito. Convenção de Palermo e tráfico de pessoas: a perversa realidade da remoção de órgãos. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
22. Diego Alexandre Coelho Mousinho. Crimes virtuais à luz da Lei Carolina Dieckmann e sua repercussão nas condutas ilícitas no âmbito da internet e meios eletrônicos. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
23. Fábio Napoleão do Rêgo Dias Filho. Da legalidade da vaquejada nordestina: uma análise da Ação Direta da Inconstitucionalidade nº 4.993. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
24. Manoel Antônio Vieira. Femicídio: aspectos jurídicos e sociais que culminaram na criação da Lei nº 13.104/15 e análise da nova qualificadora. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
25. Isabella Ribeiro Viana. O direito ao esquecimento em tempos de superexposição de dados pessoais na internet. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
26. Ana Cláudia Aguiar Oliveira Cardoso. O legislador penal na escola do bom jurídico a ser protelgado e as novas configurações dos crimes virtuais. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
27. Ramon Luis de Souza Bezerra. Os crimes de corrupção e a impunidade como motivação a essas práticas no Brasil. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
28. Jordana Celestino Dourado. Os grilhões contemporâneos: uma análise do crime de redução à condição análoga à de escravo. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
29. Pedro Jacob Rodrigues. Transdisciplinaridade e interações normativas na contemporaneidade: uma nova visão do crime de apropriação indébita tributária. 2015. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
30. Tanara Holanda Cronemberger. A influência de aspectos metafísicos na ocultação da violência doméstica: uma análise dos casos assistidos pela Defensoria Pública do Estado de Piauí. 2014. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
31. Noeme Marques da Silva. A substituição de candidato majoritário às vésperas da eleição e alegação de abuso de direito e fraude. 2014. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
32. Ana Carolina Silva Barros. Bullying, stalking, mobbing e homofobia: por que criminalizar?. 2014. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
33. Ana Verane Moreira Vargas. Poderes de investigação criminal do Ministério Público à luz do STF e da doutrina. 2014. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
34. Raimundo Adson de Sousa Martins Neto. Propaganda eleitoral extemporânea e a Resolução nº 23.404/14. 2014. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
35. Samuel Ribeiro Gonçalves Ferreira. Responsabilidade civil do Estado Juiz nos erros jurisdicionais. 2014. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
36. Marina Castelo Branco Vaz Parente. A divulgação, na rede mundial de computadores, da remuneração dos servidores públicos após a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação Pública. 2013. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense
37. Anelielly Xavier da Silva Ribeiro. Análise da lei ficha limpa pelo dogma da presunção de inocência. 2013. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
38. Andreia Saraiva de Deus. Aumento da criminalidade juvenil na cidade de Teresina. 2013. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense
39. Marcos Dirlei de Resalmeida Dantas. Da legalidade do jogo de pôquer: uma análise da legalidade do poker frente ao artigo 50 do Decreto-Lei nº 3.688/41. 2013. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
40. Karla Virgínia Soares Cavalcante de Oliveira. O dever público de atribuir o direito fundamental à saúde. 2013. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense
41. Márcio Araújo de Aquino. O voto como instrumento da cidadania do preso provisório na sociedade teresinense. 2013. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense
42. Mayara Rosemary de Souza Melo Silva. Permissão legal da antecipação terapêutica do parto de feto anencefalo no ordenamento jurídico brasileiro: críticas e reflexões. 2013. Curso (Direito) - Instituto Camillo Filho
43. Ayle Amanda Pinto Santos. A evolução histórica do conceito de estupro. 2012. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense
44. Danilo Iran Marabuco de Sousa. A influência do Programa Bolsa Família no sufrágio para presidente da República em Matões (MA). 2012. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense
45. Leandro Souza da Silva. Redução de danos: a legislação penal e a estratégia de saúde pública para usuários de crack. 2012. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense
46. Osana Santos Moraes. A aplicabilidade da Lei Municipal nº 4.078/2011 na realidade da vila Cidade Leste: um estudo de caso do entorno da Escola Municipal Casa Meio Norte. 2011. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense
47. Carina Lima Guimarães. Caso Daniella Perez como marco histórico dos homicídios passionais. 2010. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense
48. Luciano Coelho. Corrupção eleitoral: posicionamento do TRE-Pi diante das cassações de prefeitos municipais. 2010. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense
49. Marcelo Almeida Santiago. Fidelidade partidária na perspectiva da legislação brasileira e os impactos na sociedade. 2010. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense
50. Victor Luiz Serra Lula. O pseudo conflito entre a liberdade de expressão da Constituição Federal de 1988 e a legislação eleitoral. 2010. Curso (Direito) - Faculdade Piauiense

Iniciação científica

1. Gil Alves dos Santos Júnior. A obrigatoriedade do voto nas eleições municipais de Teresina (PI) em 2012. 2013. Iniciação científica (Direito) - Faculdade Piauiense

Inst. financiadora: Fundação de Incentivo à Pesquisa

2. **Holson Waelbo Silva da Costa. Análise crítica e perspectivas acerca do direito eleitoral militar: enfoques teóricos e estudo de caso em Teresina-PI. 2013. Iniciação científica (Direito) - Faculdade Piauiense**
Inst. financiadora: Fundação de Incentivo à Pesquisa
3. **Natália Medina Sampaio Mendes. Relevância social dos vernáculos e os mecanismos de eleição: estudo de caso entre estudantes de Direito em Teresina-PI. 2013. Iniciação científica (Direito) - Faculdade Piauiense**
Inst. financiadora: Fundação de Incentivo à Pesquisa
4. **Amor Matos Pereira e Yun Helder Cervello Ferreira. A defensoria pública como instrumento de acesso à justiça e sua contribuição na cidadania piauiense. 2011. Iniciação científica (Direito) - Faculdade Piauiense**
Inst. financiadora: Fundação de Incentivo à Pesquisa
5. **Natália da Veas Pereira e Natália Medina Sampaio Mendes. Carandiru versus Tropa de Elite: uma crítica sobre os reflexos do cinema numa cultura de massa. 2011. Iniciação científica (Direito) - Faculdade Piauiense**

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 08/02/2023 às 16:08:17.